

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.247.955 - SP (2018/0033491-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**  
**AGRAVANTE** : **HOS - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA**  
**ADVOGADOS** : **HEITOR EVARISTO FABRICIO COSTA E OUTRO(S) - SP023569**  
**RICARDO NEVES COSTA - SP120394**  
**FLÁVIO NEVES COSTA - SP153447**  
**AGRAVANTE** : **PETRÓLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS**  
**ADVOGADOS** : **MARIA DE FÁTIMA CHAVES GAY E OUTRO(S) - SP127335**  
**ANDRÉ LUIZ TEIXEIRA PERDIZ PINHEIRO - SP183805**  
**EVERALDO MATOS PEREIRA - SP350415**  
**LUCIANA LAMBERTI RUSSO DOS ANJOS - SP350812**  
**RENATA VON ATZINGEN JORDÃO ANDRADE JUNQUEIRA -**  
**SP387383**  
**AGRAVADO** : **OS MESMOS**

**DECISÃO**

1. Cuida-se de agravo interposto por PETRÓLEO BRASILEIRO SA PETROBRÁS contra decisão que não admitiu o recurso especial manejado em face de acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

RESPONSABILIDADE CIVIL - Pretensão ao ressarcimento pela inexecução parcial de serviços de pintura industrial em tanques de armazenamento de petróleo — Agravo retido - Preliminares de inépcia da petição inicial e falta de interesse de agir rejeitadas - Decisão mantida — Agravo não provido — Preliminar de nulidade da sentença — Fundamentação clara e completa — Rejeição — Prova pericial produzida em ação cautelar que constata a existência de serviços pedidos e não executados — Pagamento integral que é incontroverso - Inadimplemento parcial das obrigações contratuais que se verifica - Falha na fiscalização que não obsta o surgimento do dever de indenizar - Cláusula limitadora da responsabilidade que não se aplica às perdas e danos correspondentes ao próprio inadimplemento da obrigação pactuada - Prejuízos com a paralisação dos tanques que não foram demonstrados - Parte que não se desincumbiu do ônus de provar fato constitutivo do próprio direito - Contratação de centro de pesquisas que foi realizada mediante solicitação do perito judicial, para dar apoio técnico aos trabalhos por ele realizados — Custos que integram as despesas processuais e devem ser suportados pela parte sucumbente - Multa por oposição de embargos de declaração manifestamente protelatórios que não deve subsistir - Recurso manejado pela parte que suporta o ônus da demora do processo - Sentença parcialmente reformada - Recurso parcialmente provido.

Opostos embargos de declaração, foram acolhidos parcialmente para consignar que os juros de mora em 0,5% ao mês, desde a citação.

Nas razões do recurso especial, sustenta afronta ao art. 389 do Código Civil,

# *Superior Tribunal de Justiça*

pois "*não se pode retirar o peso da prova documental acostada com a exordial, ficando claramente demonstrada a existência de má-prestação de serviço, bem como os danos decorrentes deste ato ilícito, qual seja, a paralisação do tanque*" - fls. 469.

É o relatório.

DECIDO.

2. Assim decidiu o v. acórdão recorrido acerca da tese de comprovação das alegações de comprovação do período de inatividade dos tanques e prejuízos causados:

No tocante ao pedido de ressarcimento pelos custos decorrentes da paralisação dos tanques, tem-se que a medida foi tomada como preparativo para os trabalhos periciais, sendo incontroversa a sua ocorrência. Contudo, não há, nos autos, elementos aptos a comprovar o período em que os tanques ficaram inativos, nem quais foram os custos acarretados. - **fls. 449**.

Rever os fundamentos que ensejaram todos esse entendimento - e verificar se ficaram ou não comprovadas as alegadas comprovações do período de inatividade dos tanques e prejuízos causados - exigiria reapreciação do conjunto probatório, o que é vedado em recurso especial, ante o teor da Súmula nº 7 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo de PETRÓLEO BRASILEIRO SA PETROBRÁS.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator